

MARÉ

DE NOTÍCIAS



Um dia pra ficar na história

Cinco mil pessoas foram às ruas para pedir o fim da violência na Maré. A marcha que partiu de dois pontos, se uniu na divisa e teve a participação de moradores da cidade inteira. **PÁGINA 7**

Os 25 anos do CIEP Hélio Smidt

PÁGINA 3

O árduo trabalho para acabar com os abusos praticados pelos policiais

PÁGINAS 12 E 13

Onde procurar ajuda nos casos de violência sexual

PÁGINAS 10 E 11

Que tal plantar sua própria comida?

A rotina de quem cultiva alimentos nas diversas hortas da Maré. **PÁGINAS 8 E 9**

ELISÂNGELA LEITE



ELISÂNGELA LEITE

UMA MARÉ DE LIXO

No mês do Meio Ambiente pouco se tem a comemorar: o descarte incorreto do lixo entope bueiros e causa alagamentos.

PÁGINAS 4 E 5

EDITORIAL

É com muito orgulho que fechamos essa Edição do **Maré de Notícias**. A de número 77 terá, para nós, um gosto especial por retratar um dia histórico: 5 mil pessoas, de dentro e de fora da favela percorreram as principais ruas da Maré pedindo paz. Nesse mês de junho, o tema do meio ambiente também será tratado com matérias sobre hortas comunitárias e o descarte incorreto de lixo que traz consequências graves, como entupimento de bueiros, alagamentos e propagação de doenças. Esta Edição também traz a mobilização para combater as mais diversas formas de violência. Nas páginas 10 e 11, falamos sobre a Violência Sexual, e a maneira como deve ser o atendimento às vítimas, em especial, crianças. Em outras duas páginas, falamos sobre o trabalho do Eixo de Segurança Pública da Redes! Boa leitura!

EU, LEITOR

Conscientização de boas maneiras e meio ambiente

Não devemos falar sobre o meio ambiente sem nos lembrarmos das boas maneiras que devemos ensinar e aprender desde a infância. Evitar a poluição sonora, visual, do ar, preservando as pessoas, animais e, principalmente, a natureza, procurando conhecer as leis, as pesquisas, que nos mostram onde estamos errando contra nós mesmos, em nosso bairro, em nossa cidade, em nosso estado e nosso País, pois cada ação tem sua reação entre os mais diversos setores da natureza, como podemos observar o lixo espalhado nas vias públicas, nos lagos, lagoas, rios e praias. Não satisfeitos, descartamos produtos industriais de forma indevida,

**ENVIE SUA POESIA,
FOTO, RECEITA
OU PIADA. ESSE
ESPAÇO É SEU!**

comunicacao@redesdamare.org.br

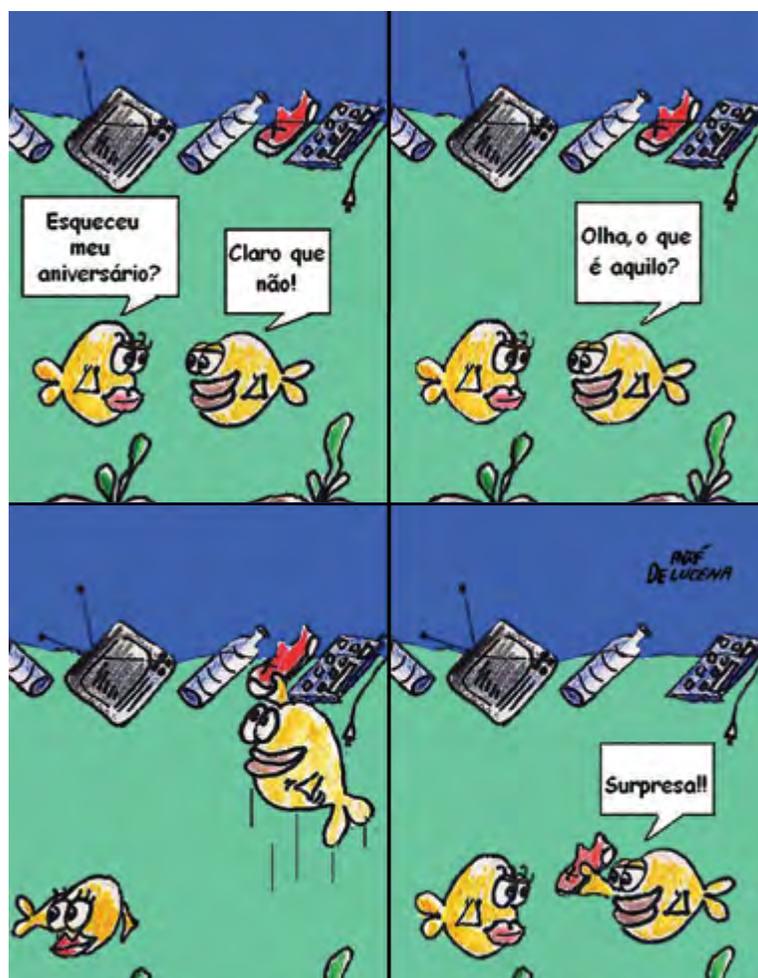
que podem ser reaproveitados por meio de reciclagem. Portanto, tomem cuidado para não entupirem os ralos, bueiros e valas. Pensem que tudo que se encontra a nossa volta faz parte do meio ambiente...

O descarte indiscriminado de produtos é considerado agressão ao meio ambiente e desrespeito aos garis, que são de grande importância para todos.

Arialdo Felix de Paiva



HUMOR | André de Lucena



EXPEDIENTE

REALIZAÇÃO:

redes da **maré**

R. Sargento Silva Nunes, 1012
Nova Holanda – Maré
Rio de Janeiro – RJ – CEP: 21044-242
Telefone: (21) 3105-5531 / 3104.3276
comunicacao@redesdamare.org.br

PARCERIA:

act:onaid

UMA INICIATIVA:

Redes de Desenvolvimento da Maré

DIRETORIA:

Alberto Aleixo
Andréia Martins
Edson Diniz Nóbrega Júnior
Eliana Sousa Silva
Helena Edir

APOIO:

16 Associações de Moradores da Maré
Observatório de Favelas
Conexão G
Luta pela Paz
Vida Real

EDITORA EXECUTIVA E JORNALISTA RESPONSÁVEL:

Daniele Moura
(Mtb 24422/RJ)

COLABORARAM NESTA EDIÇÃO:

Adriana Pavlova
(Mtb 17614/RJ)
Hélio Euclides
(Mtb 29919/RJ)
Roberto de Oliveira
(Mtb 29977/RJ)

FOTÓGRAFA:

Elisângela Leite

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO:

Mórula_Oficina de ideias

IMPRESSÃO:

Folha Dirigida

TIRAGEM:

50 mil exemplares

OS ARTIGOS ASSINADOS NÃO REPRESENTAM A OPINIÃO DO JORNAL.

PERMITIDA A REPRODUÇÃO DOS TEXTOS, DESDE QUE CITADA A FONTE.

GARANTA SEU JORNAL!

O **MARÉ DE NOTÍCIAS** chega todo mês na Associação de Moradores da sua comunidade. É só ir buscar. É gratuito. Leia também o jornal no nosso site: www.redesdamare.org.br

[f /redesdamare](https://www.facebook.com/redesdamare) [t @redesdamare](https://www.twitter.com/redesdamare)

Um dos ícones da educação na Maré, o CIEP Hélio Smidt faz 25 anos

Contação de histórias, exposição de fotografias, oficinas de arte e apresentações musicais movimentaram a quadra da escola

ROBERTO DE OLIVEIRA

“Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”, já dizia o educador Paulo Freire. E é na transformação de seus alunos que o CIEP Hélio Smidt vem investindo há 25 anos. Hoje, na comunidade Parque Rubens Vaz, a instituição de ensino conta com uma equipe de 30 professores para ensinar a 630 alunos, distribuídos em turmas da Educação Infantil ao 6º ano do Ensino Fundamental.

Antes de ser inaugurado, o CIEP Hélio Smidt foi irregularmente ocupado por pessoas que não tinham onde morar. Isso porque as obras da escola ficaram paradas, até que moradores e outras lideranças locais organizaram reuniões com Órgãos da Administração municipal para discutir o problema da falta de moradia popular e reivindicar o término da construção. “Eu ainda me lembro das inúmeras reuniões com Órgãos do Governo Municipal, moradores e outras liderança locais, para discutir o problema da falta de moradia popular e reivindicar o término da construção do CIEP.” recorda Ernani Alexandre, ex-aluno e professor da escola por 10 anos. Naquela época, havia falta de unidades escolares na Maré, então em 30 de abril de 1992, enfim, a escola foi inaugurada.

Para festejar os 25 anos, uma grande festa com alunos, ex-alunos, professores, pais e amigos da escola aconteceu 05 de maio. Atividades de contação de histórias, exposição de fotografias, oficinas de arte e apresentações musicais movimentaram a quadra. Com direito a bolo de aniversário.

A surpresa

Na porta de uma das salas, havia um quadro com uma foto e a biografia de Hélio Smidt, presidente da Varig entre os anos de 1980 e 1990. De passagem pela escola, Francisco Dantas, que trabalhou na companhia aérea e conheceu Hélio Smidt, diz que foi pego de surpresa. Motorista da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, ele foi ao CIEP levar uma representante da Prefeitura. “Eu não sabia que existia

Alexandra Pinheiro,
professora há 15 anos
no CIEP Hélio Smidt

essa escola com o nome dele. Eu trabalhava na manutenção e o Dr. Hélio sempre foi muito envolvido com a empresa e com os funcionários. Entrava nos aviões para saber se estava em condições de transportar passageiros e tratava todo mundo de forma igual”, conta Francisco.

Há 15 anos trabalhando no CIEP Hélio Smidt, Alexandra Pinheiro se considera uma professora muito exigente. Nas aulas, usa filmes, músicas e outras formas de educar. “Todos dizem que eu sou chata, e alguns têm até medo de mim, mas no final reconhecem que dar limites também é querer bem”, diz a professora. Para ela, o aluno da Maré deve ser tratado da mesma forma que qualquer aluno em qualquer outro lugar da cidade. Exatamente por ser alvo de preconceitos, busca valorizar a cultura local e a capacidade do aluno: “Eles têm de ser tratados de igual para igual, para enfrentar o mundo de frente”.

O comando

Ela foi professora do CIEP e assumiu a direção da escola com apenas 25 anos. “O desafio é trabalhar para a comunidade escolar, não só o aluno, mas os responsáveis, funcionários e moradores do entorno. Os pais participam dos eventos e dão um retorno muito bom, que dá um gás pra gente acreditar que estamos no caminho”, disse a diretora Natássia Gonçalves, de 28 anos, que pretende continuar chamando a comunidade para participar mais e mais das atividades na escola.

ELISÂNGELA LEITE



Abaixo, acúmulo de lixo em frente ao Uerê. À direita, apesar dos “laranjões” da Comlurb, o lixo é jogado nos valões



FOTOS: ELISÂNGELA LEITE



Um tapete a céu aberto

Lixo se espalha pelas ruas da Maré e traz consequências graves aos moradores

HÉLIO EUCLIDES

O lixo é um dos grandes problemas do mundo. E no Brasil não é diferente. Segundo o IBGE, a população brasileira gera 230 mil toneladas de lixo diariamente. Quantidade suficiente para encher o estádio do Maracanã inteiro. Entretanto, ao contrário do que imaginamos, a quantidade de lixo não significa o descaso com o meio ambiente. O que deve ser levado em consideração é a forma como esse lixo é tratado, se passa por alguma triagem, se é reutilizado ou reciclado antes de ser descartado.

Na Maré, o lixo é descartado em vários locais, sem nenhum tratamento. E, por inúmeras causas, os sacos são rasgados e os resíduos se

espalham pelas ruas. Em muitos casos, os guardanapos, sacos e copos vazios, derivados dos lanches, são jogados no chão, por não ter lixeiras espalhadas pelas comunidades. A consequência é a proliferação de moscas, baratas e ratos. Outra causa é o entupimento dos escoadouros de água pluviais, com áreas de alagamentos. E o resultado é o aumento do número de doenças, que poderiam ser evitadas.

Numa tentativa de solucionar o problema, a Companhia Municipal de Limpeza Urbana (Comlurb) espalhou pontos de coleta, caçambas batizadas de “laranjões” no complexo. O presidente da Associação de Moradores do Rubens Vaz, Vilmar Gomes, conhecido como Magá, não gostou das caçambas. “Fomos a única comunidade da Maré que não aceitou

os laranjões. Acredito que o lixo em um ponto é perigoso, em especial próximo a valão, pois cai e polui. O pessoal tem preguiça de levantar ou colocar o pé no pedal, às vezes existe lixo no chão e as caçambas vazias. Ainda tem os catadores que espalham o lixo”, argumenta.

No Rubens Vaz, a coleta domiciliar é feita com o uso de caminhão e trator, que o presidente avalia como boa, mas tem críticas. “Terminamos todos os pontos de descartes clandestinos, com o uso de cartazes e conversa com moradores. A Comlurb tinha de fazer um trabalho de educação, com prospectos e placas, algo que já foi feito no passado”, sugere. A presidente da Instituição Uerê, Luciana Martha, também acredita que a educação é a solução. “A nossa instituição

faz várias campanhas, por entender que a interferência da criança vai conscientizar os pais”, resume.

Para Luciana, os laranjões ainda não são a solução. “As caçambas duram muito pouco. A centralização de lixo traz mau cheiro e acúmulo de entulho. Outro dia até um colchão enorme jogaram em frente ao Uerê”, conta. Luciana percebe que é preciso compreender o carioca para saber como investir. “Para entender a problemática do lixo na rua, precisamos pensar no comportamento da cidade, de pessoas que jogam papel no chão. Creio que falta uma cultura de dever, pois no interior do País todos vivem na simplicidade, mas as ruas são limpas. Na nossa instituição aprendemos a pegar até o lixo que não é nosso”, destaca.



“

Quando a coleta domiciliar é deficitária, o destino do lixo são os canais e valões. As inundações levam o lixo para a Baía de Guanabara, que recebe 40 toneladas por dia de lixo flutuante”

SÉRGIO RICARDO,
AMBIENTALISTA

Em Marília Dias, a gestão da Comlurb é feita pela Agência Cuba, na Penha. Na comunidade, apenas dois garis comunitários limpam as ruas. Por esse motivo, a Associação de Moradores pediu o auxílio da empresa, que uma vez por semana destina uma equipe com equipamentos para suprir as necessidades. “Esse trabalho merecia um Oscar. Só falta a reforma do nosso Ecoponto. Aqui, antes, tinha os tambores que eram pequenos, com os laranjões melhorou muito. A sugestão é que precisam ser lavados sempre, e a retirada de lixo ser diária, para não virar um depósito”, relata Luciano Aragão, vice-presidente da Associação de Moradores de Marília Dias.

O lixo é mais que uma questão ambiental

Para o ambientalista Sérgio Ricardo, nas favelas o lixo se torna situação de saúde pública. “Nas comunidades, há acúmulo nas caçambas e terrenos baldios. O que causa proliferação de vetores, como ratos. Quando a coleta domiciliar é deficitária, o destino são os

canais e valões. As inundações levam o lixo para a Baía de Guanabara, que recebe 40 toneladas por dia de lixo flutuante. O Canal do Cunha é muito prejudicado e os pescadores acabam vivendo uma situação precária. A sociedade precisa cobrar o retorno da coleta domiciliar”, ressalta.

Ele diz que a cidade produz cerca de 10 mil toneladas de lixo por dia. Desse montante, apenas 1% do lixo é reciclado. “A coleta seletiva é quase restrita à Zona Sul. A cidade recebeu uma doação do BNDES, a peso perdido, para criar seis galpões de reciclagens. Só conseguiu fazer um em Irajá, e com limitações. Esses galpões seriam a solução, um legado da Rio+20, que não aconteceu. Minha ideia é reivindicar esses galpões e um próximo à Maré”, afirma.

O ambientalista critica o não funcionamento da usina de reciclagem do Caju. Poderia ocorrer uma separação do lixo, que é formado por 60% de materiais orgânicos, que poderiam se transformar em adubo, compostagem ou energia renovada. O restante do lixo é reciclável. Outra

questão está nos aterros, onde ocorre a eliminação de gás metano, que é mais poluidor que o gás carbônico, mas que pode ser reutilizado se for captado corretamente. Outro problema é o chorume, que é o líquido do lixo que vai para os rios.

Sérgio ressalta que a política nacional de resíduos sólidos, que determina que todos os municípios implantem a coleta seletiva com participação de cooperativas ou associações de catadores formadas por pessoas físicas de baixa renda, já deveria estar em vigor. “A Comlurb tinha de ter uma ligação com os catadores, como mão de obra. Isso iria diminuir o orçamento da empresa que chega a um bilhão de reais, só perdendo para a saúde e educação. Essa parceria iria diminuir o transporte de lixo, que chega a percorrer 80 km por dia, sendo todo terceirizado. Esse lixo é levado para o aterro terceirizado de Sero pédica”, diz.

A coleta do lixo na Maré

A Comlurb disse, em nota, que a coleta domiciliar é feita diariamente na Maré, e em Marília Dias, de segunda-feira a sábado, com utilização de um trator. Declarou que os contêineres metálicos automatizados (laranjões) melhoram a qualidade de vida dos moradores, pois facilitam o descarte correto do lixo, com tampa acionada por pedal, sistema de esvaziamento por caminhão de carga lateral, lavagem periódica e capacidade para armazenar 900 kg de resíduos cada.

Sobre o lixo que fica no chão, próximo aos latões, a empresa disse que apesar de já ter sido orientados, os moradores ainda não se conscientizaram de que o lixo deve ser colocado devidamente nos laranjões, cuja tampa é acionada por pedal. Alguns ainda jogam os resíduos no chão ou mandam crianças, que por não alcançarem o pedal, deixam o lixo no chão.

Sobre o fato de os latões estarem abertos e reunindo insetos, a empresa disse que os laranjões, normalmente utilizados ficam fechados, acondicionando devidamente os resíduos. E que houve um trabalho de conscientização com o grupo Chegando de Surpresa e o garí Renato Sorriso, que orientaram os moradores como acionar o pedal e dispor os resíduos. Para não ter mau cheiro, os laranjões são lavados uma vez por semana com a utilização de um carro-pipa.

Ausência de lixeiras

Nas ruas da Maré não existem latas de lixo nos postes, como no restante da cidade. Essa ausência deixa as ruas sujas. A Comlurb esclareceu que os garis comunitários varrem as ruas, becos e vielas. Trata-se de uma área de comunidade, onde ainda há resistência da população em colocar o lixo no horário da coleta, descartado indevidamente pela comunidade. E que esses mesmos garis comunitários realizam trimestralmente a retirada de lixo dos valões locais.

Quem vive na Nova Holanda convive com a montanha de lixo na sede da Comlurb. A empresa explicou que os carroceiros não podem ser impedidos de jogar os resíduos e, uma vez que jogam em qualquer lugar, contribuem para a desordem urbana. E que moradores do entorno utilizam o espaço como área de descarte devido a obras que fazem em suas residências e também descartam os detritos orgânicos.

Sobre a educação ambiental, a empresa assegurou que são realizados trabalhos de conscientização, com a utilização de panfletos, orientando os moradores sobre o horário de coleta de lixo e a forma correta de descarte do lixo domiciliar e de entulho de obras. Pediu que todos colaborem para manter a comunidade mais limpa. E fez a promessa de ter estudos para implantar a coleta seletiva na Maré.



DIVULGAÇÃO

Os manguezais e eu

MARIO MOSCATELLI

MESTRE EM BIOLOGIA COM ÊNFASE NA GESTÃO DE ECOSISTEMAS COSTEIROS, RECUPERAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE MANGUEZAIS

Conheci esse Ecossistema lá pelos anos 1980, ainda estudando no atual Ensino Médio, quando junto a um amigo, o Bias, de Angra dos Reis, ia pescar tainhas que subiam os rios Ariró e Jurumirim, atravessando o grande manguezal. Poucos anos depois, aprendi no Curso universitário de Biologia, sua importância ambiental e econômica e, por conta própria, fui descobrindo a quantidade de leis que, no Brasil, o protegiam integralmente. Não demorou muito e tampouco sem maiores dificuldades para notar que as leis que protegiam os manguezais simplesmente não funcionavam no Brasil, uma triste e típica característica aplicável para outra infinidade de realidades nacionais, isto é, "tem tudo e nada funciona".

Rapidamente fui tragado do conhecimento exclusivamente técnico/acadêmico para uma verdadeira relação de amor e ódio, envolvendo a questão da gestão e, principalmente, da proteção desse Ecossistema fundamental para a manutenção da biodiversidade da zona costeira, visto que

milhares de espécies, direta ou indiretamente, dependem desse tipo de Ecossistema, incluindo importantes atividades econômicas que variam do turismo à pesca artesanal.

Em Angra dos Reis, iniciei estudos sobre a degradação desse Ecossistema, causas, consequências, bem como desenvolvi técnicas para a sua recuperação, coisa impensável até os anos 1980 no Brasil.

Com a insistência herdada de mãe e pai italianos, acabei sendo chamado para ser o chefe do Departamento de Controle Ambiental da Prefeitura e imediatamente iniciei, com uma equipe de dois técnicos, o que se tornaria o meu maior pesadelo: em 2 anos e meio de trabalho à frente do Departamento, colecionei 4 ameaças de morte, perseguições na rodovia que ligava o Rio à Angra dos Reis, fuga do Brasil no período mais tenso e, por fim, meu

afastamento da cidade no dia em que eu doava recursos financeiros provenientes da Alemanha, país que me recebeu quando fugi do Brasil por causa das ameaças.

Apesar do meu sofrimento, mais de 4 milhões de m² de manguezais da Baía de Ilha Grande não foram transformados em loteamentos e marinas de luxo, fruto do esforço no período em que estive à frente do Departamento Ambiental. Intensifiquei a recuperação dos manguezais em diversos outros pontos da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, que cresce sobre o aterro de baías, lagoas, restingas, manguezais e brejos. E dessa forma, tanto nas baías de Guanabara e Sepetiba, como no sistema lagunar da Baixada de Jacarepaguá, independente do estado de degradação encontrado, mais de 2 milhões de m² de manguezais foram recuperados nos últimos 20 anos.

Na Baía de Guanabara fui o responsável pela recuperação dos manguezais do entorno do aterro metropolitano de Gramacho, foz do Rio São João de Meriti, Ipiranga e canal do Fundão, totalizando aproximadamente 2,5 milhões de m² de manguezais desde 1997. Muito? Talvez, se colocar na conta de apenas um biólogo e de seus funcionários, amigos e colaboradores.

Se na Baía de Ilha Grande conseguimos nos anos de 1980 e 1990 deter expressivamente a voracidade da especulação imobiliária que contava com a cobertura do poder público para concretizar seus crimes ambientais, claramente em outros Estados da Federação, nos últimos 17 anos, os interesses econômicos e políticos têm atropelado a legislação ambiental, somados à inoperância criminosa dos órgãos ambientais, aparentemente omissos ou impotentes.

Importantes do ponto de vista ambiental e econômico, além de protegidos por leis, os manguezais, continuam sendo suprimidos criminosamente, com o consentimento do poder público e com a apatia da sociedade. Dessa forma, na prática, em pleno século XXI continuamos em nossa sina de País megabiodiverso, degradando nossos recursos naturais, até o dia que não sobre mais nada, além de escombros.

“

Na prática, em pleno século XXI continuamos em nossa sina de País megabiodiverso, degradando nossos recursos naturais, até o dia que não sobre mais nada, além de escombros”

Um mar de gente nas ruas pedindo paz

Moradores da cidade inteira, juntos no “Basta de Violência! Outra Maré é possível..”

**ROBERTO DE OLIVEIRA
E HÉLIO EUCLIDES**

O dia era de sol e mais de mil pessoas aguardavam o início da Marcha Basta de Violência! Outra Maré é Possível, na Praça do Parque União, um dos dois pontos de partida da passeata. O outro local de encontro era a Associação de Moradores do Conjunto Esperança, onde mototaxistas, artistas e moradores cantavam trechos do Rap da Felicidade, um dos maiores sucessos do *funk* carioca.

O começo foi tímido, mas cada vez que aumentava o número de participantes o grupo ganhava força e manifestantes seguravam cartazes e distribuíam rosas. Alunos e professores estavam presentes na Marcha: “liberamos as aulas para que todos participem desse movimento contra a violência. É bom lembrar que esse tema é trabalhado nas nossas escolas”, conta Cesar Benjamin, Secretário Municipal de Educação.

“É um momento ímpar de buscar a valorização desse espaço. Queremos a garantia para nossos alunos terem todas as aulas do ano letivo. A sociedade precisa olhar para a Maré”, destaca Simone Aranha, diretora da Escola Teotônio Vilela.

O evento foi organizado pelo Fórum Basta de Violência que, desde março de 2017, reúne moradores, líderes comunitários e trabalhadores da Maré para encontrar soluções que possam dar fim às violências causadas por confrontos entre grupos de

civis armados e operações policiais que, sob o discurso da guerra às drogas, coloca a polícia do Rio de Janeiro na posição de uma das que mais matam e que mais morrem no mundo, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Pedro Arthur, funcionário da ONG Luta Pela Paz disse que o fato de não poder sair de casa o incomoda. “A gente não aguenta mais tanta violência de todos os lados. É doloroso ter a sensação de que você está preso dentro de casa”, disse o músico.

Em frente ao CIEP Operário Vicente Mariano, os atores representaram os mortos, vítimas da violência. “Mais uma vez queremos reivindicar o direito de ir e vir. Esse é o desejo de toda a cidade”, desabafa Marielle Franco, Vereadora. Nos muros da Escola Escritor Bartolomeu Campos de Queiros, cartazes com trabalhos dos alunos chamavam a atenção.

A passeata levou cinco mil pessoas para a Rua Evanildo Alves, ponto de encontro das “duas Marchas”. Conhecido popularmente como

“Divisa”, o local é marcado por inúmeros confrontos com vários mortos. “Eu estudava no Colégio Elis Regina e muitas vezes eu ia pra escola e tinha gente morta no pátio, então ver tanta gente aqui hoje é algo sentimental”, afirma Fagner França, morador da Baixa do Sapateiro.

A “divisa” deu lugar a apresentações artísticas. Alunos da Lona Cultural Herbert Vianna fizeram paródia com a canção “Não deixe o samba morrer”. Uma Mc do Morro do Alemão recitou uma rima sobre machismo, violência, racismo e pobreza. Mães da Maré e de Mangueiras falaram das ausências de seus filhos vitimados. “Lutamos, pois nossos filhos têm mãe, pai e voz. Nós queremos viver. Nós temos direito ao luto”.

O evento ainda contou com a apresentação do grupo de capoeira da Instituição Luta Pela Paz, da Orquestra Maré do Amanhã, e do grupo Nova Raiz, que cantou a música “Chega”.

Alexandre Rossi, produtor cultural do Circo Voador (Lapa), levou a

namorada finlandesa para conhecer um Rio de Janeiro que não aparece na mídia e Camila Pitanga, atriz, que chegou à passeata de mototaxi, declarou: “como carioca é um dever estar aqui, pois essa violência não é só da Maré, é sofrida por todos nós”. Perto de Camila, Jaqueline Souza de Lima, moradora da Maré, gritava: “eu tenho direito de levar minha filha pra escola todo dia”.

Nos primeiros três meses de 2017, ocorreram 14 operações policiais na Maré. Nesses confrontos, 18 pessoas morreram, número maior que o total de mortes em 2016.

As atividades do Fórum Basta de Violência! Outra Maré é Possível vão continuar após a Marcha, para construir caminhos e espaços coletivos de escuta, acolhimento e formulação de propostas para conquistar, de forma organizada, o direito à Segurança Pública na Maré.

SAIBA MAIS EM:
 /forumbastadeviolencia



FOTOS: ELISÂNGELA LEITE



À esquerda, flores nas marcas de balas. Acima, moradores da cidade inteira participaram do evento

Uma Maré de terra verde

Perto de casa,
as hortas incentivam
alimentos saudáveis

HÉLIO EUCLIDES

Nas grandes cidades, cada vez mais, a terra vem desaparecendo, fazendo prevalecer o asfalto e o cimento. Há aqueles que lutam pelo espaço de plantio, pelo retorno do ambiente da zona rural em plena área urbana. O encarregado José Maria da Silva e seu ajudante José Targino são dois que aproveitam o pouco espaço de terra que ainda existe nas grandes cidades. Eles plantam feijão de corda, quiabo, couve, bertalha, manjeriço, alfavaca, cenoura, fava, cana do brejo, hortelã e vinagreiro, na horta do terreno do CIEP Samora Machel, na Nova Holanda. Igualmente, outras três hortas visitadas não chamam a atenção apenas por produzir e trazer o interior para a Maré, mas por colherem produtos sem agrotóxicos, que moradores recebem gratuitamente ou a baixo custo.

Cada horta com sua peculiaridade e dificuldades que são superadas pelo amor a terra e às plantas colhidas. “Sou mineiro e desde 1970 eu trabalho com horta. A natureza é sabedoria, a terra é vida e, por isso, é um trabalho que traz felicidade, pois acalma a mente”, destaca José. Ele lembra que a horta do CIEP Samora Machel começou em 1996, e passou por inúmeros apoios até chegar à Prefeitura, com o projeto Horta Carioca. A Secretaria Municipal de Conservação e Meio Ambiente administra a horta com ajuda de custo, sementes e adubo.



Pablo Ronaldo junto à horta que mantém na Vila Olímpica. Daqui sai o alimento dos alunos

A diminuição da horta carioca

Sobre as hortaliças produzidas nos canteiros, todas são alimentos orgânicos, e 90% são destinadas para as crianças do CIEP. “Elas visitam o espaço e recebem explicação sobre o que vão levar para casa”, conta José. Hoje são 16 canteiros, mas no tempo de glória o espaço utilizado de plantio era de 130 canteiros, com 12 funcionários. “É um absurdo a destruição. Quebraram o banheiro e o telhado do almoxarifado. O espaço em torno é uma lixeira. Aqui tinha tudo, hoje é reduzido”, comentou um morador que preferiu não se identificar. José já pensa no futuro: “esse espaço tem de ser preservado, não pode virar cimento, como a grande parte da cidade”, desabafa.

Em Roquette Pinto, há 5 anos, o contrato do projeto Horta Carioca foi extinto. “Eu queria que voltasse, pois era bom para a comunidade, as hortaliças eram distribuídas para os mais necessitados. Hoje, parte do terreno ainda existe, e um morador preserva, ele planta para consumo próprio”, relata o presidente das Associações de Moradores Roquete Pinto e Praia de Ramos, Cristiano Reis.

O Horto Escola do Parque Ecológico da Maré foi criado em março de 2002. Dessa fase só ficou a placa. João Pereira da Silva, 63 anos, mais conhecido como Bolado, lembra com saudade dos tempos áureos. No passado, eram mais de 30 canteiros em funcionamento, hoje poucos resistem. O Horto produz jiló, berinjela, quiabo,

tomate, fruta do conde, laranja, limão, romã, aroeira, acerola, salsa, cebolinha, pimentão, pimenta e coentro, que são doados para creches, escolas e moradores.

Um dos problemas do lugar é a falta de água. “Aqui nem com bomba. Estamos instalando uma caixa para ter uma reserva d’água”. Outra dificuldade vem dos moradores que danificam o espaço. “Por isso, precisamos trocar o gradeamento, algo que já foi medido pela Prefeitura. Todos precisam entender que aqui é muito importante, uma horta dentro da única área verde da Maré. Nos canteiros são cultivadas verduras sem o uso de agrotóxicos, algo bonito, natural e saudável”, revela a presidente da Associação de Moradores do Parque Ecológico, Cláudia Lúcia.

O cuidado com o meio urbano

Quem passa pela Linha Amarela não percebe que próximo à Unidade de Pronto Atendimento tem uma horta, que nasceu há quatro anos. Um espaço de proteção, com diversidades de hortaliças, em plena Rua Nove, da Vila do João. O terreno de 20x5 metros é uma concessão feita pela Secretaria Municipal de Conservação e Meio Ambiente à Associação Brasileira no Tratamento do Solo e Guardiões da Natureza (Promissave). “É uma horta urbana, num espaço que desejamos que vire um cartão postal para a Maré. Aqui reaproveitamos material orgânico, com composto do minhocário, para a criação de hortaliças orgânicas”, afirma o técnico em minhocultura (veja o quadro), Erivaldo Monteiro.

O projeto nasceu do desejo de revitalizar uma área que acumulava entulho. No terreno são produzidas mostarda, rúcula, couve manteiga, abóbora, além de alecrim. O carro-chefe é o quiabo a metro. Por aqui é realizado o Curso de Agroecologia, que reúne 30 alunos, com o apoio da UFRJ e do projeto Muda Maré. Erivaldo lembra que a associação não tem patrocínio, por isso algumas hortaliças precisam ser vendidas para a manutenção da horta.

Verduras num cantinho da Vila

Há 17 anos, quando chegou à Vila Olímpica da Maré, o supervisor Pablo Ronaldo Oliveira começou a reflorestar o espaço e há seis se dedica à horta. “Cuido para não parar, tivemos vários apoiadores, mas hoje a crise no País atingiu o espaço da horta. É gratificante ver os alunos receberem alimentos produzidos aqui, além de ser bom preservar a terra”, destaca Pablo.

A Secretaria Municipal de Conservação e Meio Ambiente esclarece que, na comunidade da Nova

Maré, a horta localizada na Vila Olímpica está paralisada por falta de rendimento na produção. A Secretaria aguarda a indicação de novo encarregado para retomar o trabalho no local, com o plantio de verduras e hortaliças, a utilização de técnicas orgânicas e o aproveitamento da mão de obra local, em sistema de mutirão remunerado, auxiliando, assim, na preservação do meio ambiente e no aumento da renda familiar dos moradores das comunidades assistidas pelo Programa.

“

Todos precisam entender que aqui é muito importante, uma horta dentro da única área verde da Maré. Nos canteiros são cultivadas verduras sem o uso de agrotóxicos, algo bonito, natural e saudável”

CLÁUDIA LÚCIA,

PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO PARQUE ECOLÓGICO

De Petrópolis para a Maré

Bernardino Vieira Neto e sua esposa, Soeli da Costa Vieira, há sete meses saem todas as quartas-feiras, ainda de madrugada, de Petrópolis em direção ao Parque União. Os feirantes colocam 34 tipos de verduras à venda. Todas plantadas e colhidas por eles, em Petrópolis. “O bom de plantar e vender é que garanto o produto, e jogo limpo com o freguês. Vendo e sei a procedência. As verduras têm diferença daquelas vendidas na Ceasa, no cheiro, na

durabilidade, pois corto na véspera, à tarde. Ainda posso fazer um preço menor, pois não existe intermediário”, detalha Bernardino.

Aos sábados e domingos eles atuam em Santa Cruz da Serra, e não conseguem vender tudo. Então um amigo indicou o Parque União. “Os moradores daqui são bons de lidar, e já são fregueses. Não vendo só o básico, como os outros, destaco o diferencial dos tipos das verduras, como alecrim, manjeriço, alho-poró, aipo e nabo”, completa Bernardino.



Acima, **José Maria** na horta do terreno do CIEP Samora Machel. À esquerda, **Bernardino e Soeli**, vendem verduras plantadas e colhidas por eles

SAIBA MAIS



MINHOCULTURA é uma atividade na qual se utilizam minhocas para a conversão e a transformação de resíduos orgânicos em húmus.

HÚMUS OU HUMO é a matéria orgânica depositada no solo, um excelente adubo, na produção e qualidade dos vegetais, resultante da decomposição de animais e plantas mortas, ou de seus subprodutos.

O abuso sexual de crianças e adolescentes além das estatísticas

Como é possível combater um crime que muitas vezes passa despercebido?

JOÃO KER

De acordo com dados levantados pelo Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro, 1.517 mulheres foram sexualmente violentadas apenas nos 4 primeiros meses de 2017. 684 eram crianças de até 13 anos. Mas números não são o suficiente para ilustrar essa realidade, sobretudo aquela enfrentada por quem vive em comunidades periféricas da Capital fluminense. As nuances e variáveis entre um caso e outro não podem ser generalizadas apenas em estatísticas, mesmo quando mostram que somente na região do Complexo da Maré as denúncias ouvidas chegaram a 47 no último levantamento.

“É muito fácil generalizar e não investigar os dados, mas isso é um discurso usado por quem não quer ou não aguenta mergulhar nessa história”, frisa Denise Valéria Montezuma, Psicóloga atuante no Conselho Tutelar de Bonsucesso e que atende ao Complexo da Maré desde 2013. Ela conta que, em boa parte dos crimes, a criança

não é capaz de identificar ou até mesmo entender o abuso. “O assédio é muito forte e é por onde eu acho que a discussão deve partir, porque muitas vezes esse tipo de violência não passa pelo viés da denúncia”, explica.

Os motivos pelos quais crianças e adolescentes não relatam o abuso são vários e, de acordo com Denise, o tabu que a educação sexual tem no âmbito familiar é um dos principais responsáveis para que esse segredo se perpetue. Principalmente porque, como aponta o Dossiê da Mulher, 36% dos casos são cometidos por algum parente, sendo a figura paterna – pai ou padrasto – a mais comum. “É um tabu mesmo. São ataques bem sutis e, quando [a vítima] tenta falar, [o abusador] já fez a cabeça da mãe. Muitas vezes com medo de destruir a família, a menina fica quieta e cria ódio da mãe pela negligência. A mãe, por sua vez, se reconhece no erro, na escolha de ter um filho com o homem errado e de não ter visto a situação. E assim o abuso se perpetua”, aponta a Psicóloga.

A vergonha, o medo e a culpa são características recorrentes

entre os casos que chegam até o Conselho Tutelar. “O abusador sempre tenta prejudicar a imagem da adolescente, isolando a menina e criando conflito entre ela e os familiares. Ele cria uma situação na qual se faz de bonzinho e de amigo, desqualificando a menina”, explica Denise, que ainda afirma: “o Conselho não tem papel de polícia. O nosso papel é cuidar, zelar e proteger a criança e o adolescente. A violência no ambiente doméstico tem essa prerrogativa de tratar a mulher sem precisar da queixa. Nós empoderamos e damos autonomia com dignidade, para ela poder sair desse papel e desse lugar, sem destruir a família”.

Não à toa, o Conselho Tutelar é o primeiro Órgão acionado quando as denúncias chegam à Defensoria Pública por meio do Disque 100, como explica Eufrásia Souza. Atuante no tema há 22 anos, a Coordenadora de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente explica: “o mais importante é preservar a vítima e, se necessário, afastar esse agressor, algo que é previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Principalmente se for alguém da família. Se não for possível, a primeira medida é colocá-la em outro local sem expô-la. Nós, inclusive, acionamos a Delegacia da Criança e do Adolescente Vítima (DCAV) para a apuração da responsabilidade”, esclarece e acrescenta que a pena para esse tipo de crime pode chegar a 15 anos de prisão.

O Papel da Escola na percepção dos sinais

Renata Costa, da 4ª Coordenadoria Regional de Educação, trabalha com moradores do Complexo da Maré há 15 anos e explica que o Órgão presta todos os tipos de suporte necessários às instituições escolares: “se lá eles não sabem o procedimento, nós auxiliamos, de forma pedagógica.” Ela conta que as escolas têm um comprometimento com a educação sexual dessas jovens

36%

DOS CASOS DE ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES SÃO COMETIDOS POR ALGUM PARENTE



A FIGURA DO **PAI OU PADRASTO** É A MAIS COMUM

desde o 4º ano: “no conteúdo de Ciências, os professores abordam o corpo humano de forma bem específica. Quando é algo voltado para a sexualidade ou ligado à proteção do corpo, nós fazemos parcerias com o Conselho Tutelar e com a Clínica da Família, que também falam sobre cuidado e preservação, com foco na saúde”.

A Redes da Maré também tem acompanhado de perto a forma como crianças e adolescentes se expressam e reagem quando o assunto discutido durante as oficinas é relacionado à sexualidade e/ou ao abuso. “[As crianças] não chegam a fazer a denúncia. Durante o trabalho, nós abordamos muito a questão dos direitos e da literatura. A partir disso, surge algo que é mais um compartilhar que uma queixa. Nós, então, registramos esse relato e damos sequência ao apoio e tratamento do caso”, explica Inês Cristina Di Mare Salles, responsável pelo projeto de educação Nenhum a Menos.

De segunda a sexta-feira, Inês recebe até 20 crianças na Lona Cultural da Maré, para atividades pedagógicas complementares, sempre focando em temas que os mobilizam e, ocasionalmente, partem deles mesmos. “Muitas famílias vêm de religiões em que falar sobre sexo é difícil e que não deixa a criança à vontade para perguntar. Nós, então, assumimos essa responsabilidade. Contamos o que outras meninas estão fazendo para combater o problema e trabalhamos a noção de que mesmo sendo favela, a Maré faz parte da cidade e tem seus direitos. A partir daí, elas sentem as relações de poder e, principalmente, que isso pode mudar. Não é uma mudança simples ou fácil”, explica.

O trabalho é direcionado para a conscientização do problema e as formas de combate possíveis para essas crianças, principalmente a busca de um refúgio seguro em meio à comunidade e o incentivo ao diálogo, seja com a própria rede de tecedores da ONG, com os professores, assistentes sociais ou qualquer adulto em quem elas confiem. “Sentimos que isso ajudou até os meninos, já que dentro dessa cultura patriarcal eles sentem que não podem falar. É muito interessante ver que os encaminhamentos e o diálogo com um profissional preparado vão construindo potências e as coisas vão se reconfigurando”, aponta Inês.

Abuso disfarçado de consentimento

R M, diretora de um colégio no Complexo da Maré que atende até o 6º ano, preferiu manter-se anônima, mas nega ter vivenciado qualquer tipo de denúncia ou caso dessa natureza na escola que dirige. O que ela percebe, entretanto, é uma configuração igualmente alarmante: jovens de 12 a 14 anos já estão iniciadas sexualmente. “Algumas vezes, a própria família sabe e até incentiva essa postura”, destaca a Pedagoga.

O quadro também é percebido por P Y, enfermeira que trabalha em um dos Postos de Saúde da Família na região há mais de 4 anos, e estima que, das 48 gestantes atendidas, 80% são menores de idade. “Nenhuma delas se considera violentada, todas dizem que consentiram o ato. O que eu percebo é que essa questão muitas vezes está atrelada ao status que essa menina ganha ao estar saindo com esse ou com aquele cara. No geral,

FOTO ILUSTRATIVA



Mesmo com consentimento, a relação sexual com um vulnerável — meninas de até 14 anos — pode levar a até 15 anos de prisão. Basta a criança falar”

EUFRÁSIA SOUZA,

COORDENADORA DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

percebe-se que é um ciclo, incentivado muitas vezes pela própria mãe, que já passou por essa situação e não vê outra forma de saída”, esclarece.

A Psicóloga explica que, por mais que essas situações ocorram sob a alcunha de “consensuais”, elas raramente o são. “Os hormônios começam a trabalhar em certa idade e a criança ou a adolescente começa a querer aquilo, mas na realidade ela não sabe lidar com isso, porque ainda é muito imatura. Garotas de 14 e 15 anos são realmente inocentes, e acabam sendo estupradas ou se colocando em situações que elas não sabem o que significam”, ressalta, e

alerta: “a pessoa fica depressiva. Se a família não percebe, ela já pensa que ninguém liga pra ela e começa a se envolver com drogas, quer se suicidar, é tomada por uma tristeza que não tem fim e acaba revoltada. Quando é mais velha então, se acha suja. E o mesmo acontece com meninos”, explica.

Perante a Lei, entretanto, a questão de a vítima acreditar que o ato sexual tenha sido “consensual” ou não, é questionável. Como Eufrásia Souza ressalta: “mesmo com consentimento, a relação sexual com um vulnerável — meninas de até 14 anos — pode levar a até 15 anos de prisão. Basta a criança falar”.

A luta sem fim contra as violações de direitos na favela

Parcerias com Ministério Público e Defensoria, campanhas informativas, plantão em dia de operações policiais são algumas das iniciativas do Eixo de Segurança Pública da Redes da Maré

ADRIANA PAVLOVA

A cena, até outro dia, poderia parecer um sonho para os moradores da Maré. Num transporte oferecido pelo Ministério Público do Estado do Rio, um grupo formado por parentes e vítimas de violências policiais segue em direção ao Centro do Rio de Janeiro para um encontro com Procuradores da Justiça do Grupo de Atuação Especializada em Segurança Pública (GAESP) do Ministério Público do Rio. Há um misto de ansiedade e preocupação. Ao chegarem, escutam as falas dos promotores sobre o Grupo de Atuação e, em seguida, cada vítima ou parente tem a chance de ser ouvida de forma particular e exclusiva por um promotor, com total privacidade para, a partir daí, os representantes do Ministério Público Estadual buscarem informações sobre inquéritos ou mesmo instaurar procedimentos. Aos poucos, a tensão vai dando lugar a rostos mais relaxados. Na volta, a caminho da Maré, todos parecem bem mais tranquilos.

“As vítimas de violência ou seus parentes esperam uma explicação.



O grupo reunido em uma das ações do Eixo de Segurança Pública

Se há inquérito já aberto, é importante informar como está transcorrendo”, explica a procuradora Viviane Tavares Henriques, coordenadora do GAESP, apontando para uma nova fase dentro do próprio Ministério Público. “Nós do Ministério Público sentimos a necessidade de não ficar mais trabalhando só no papel, distantes. Queremos mais diálogo com as comunidades, como a Maré. Queremos cada vez mais aproximação, atendendo e analisando os casos de perto. Mas, sobretudo,

trabalhar preventivamente para que as violações não ocorram. Não queremos apenas a punição, não queremos mortes, queremos que nada disso aconteça e para isso temos de trabalhar antes.”

A visita de vítimas de abusos policiais ao Ministério Público do Estado do Rio, organizada em parceria com o Eixo de Segurança Pública da Redes de Desenvolvimento da Maré, é mais um dos resultados concretos do trabalho diário da Redes buscando a ampliação de direitos dos moradores

do território da Maré. Um trabalho árduo que envolve diretamente uma equipe de cinco pessoas que, nos últimos anos, tem ampliado suas ações: indo para as ruas divulgar, de casa em casa, os direitos dos moradores; criando novas parcerias com Órgãos de Justiça e instituições civis; fazendo circular informação de violações da polícia contra a população, tão comum em favelas, ou tentando intervir em casos de abusos de policiais militares ou civis em dia de operação na Maré, atendendo aos moradores com auxílio de assistente social e advogado; e ajudando a barrar – por meio de liminar – operações policiais noturnas na favela, o que é proibido por lei, mas que muitas vezes não é respeitado.

“Experimentamos estratégias, porque o espaço da Segurança Pública no Rio de Janeiro e no Brasil é muito frágil. Nosso trabalho é pensar numa prática de Segurança cidadã, com ações coordenadas que se encaixem na realidade da vida na Maré. O nosso principal foco é o morador da Maré”, diz a Assistente Social Lidiane Malanquini, coordenadora do Eixo de Segurança Pública da Redes da Maré.

Telefone para ajudar em dia de operação policial

Uma das ações mais importantes e que, ao mesmo tempo, têm dado resultados concretos é o plantão da equipe do Eixo em dias de operação policial nas comunidades da Maré, iniciado em 2016. Há um telefone disponível **(99924-6462)** e, caso os moradores peçam ajuda, uma dupla de profissionais se dirige ao local para mediar conflitos. A simples presença de profissionais como advogado e assistente social já costuma arrefecer a truculência dos policiais. As demandas vão desde

a denúncia de arrombamento de casas até o pedido para acompanhamento de pessoas presas, que não são levadas imediatamente para a delegacia e correm mais risco de sofrerem violência.

“Fazemos uma mediação entre a polícia e a população. O clima de uma operação policial na favela é tenso, nada agradável, mas quando nós chegamos o trato é outro. Infelizmente, a polícia ainda tem a convicção de que a favela é um território sem lei, de que as pessoas não vão lutar por seus direitos”, explica a pedagoga Shyrlei Rosendo, da equipe do Eixo de Segurança Pública.

Como as ações de Segurança Pública são todas interligadas, um projeto ou uma campanha acabam se conectando de forma natural. Assim, os dados de violação colhidos durante o Projeto de Acompanhamento Permanente das Ações das Forças de Segurança Pública, por exemplo, muniram a primeira edição do Boletim Direito à Segurança Pública na Maré, lançado em 2017, com informações de 2016. Segundo a publicação, no ano passado aconteceram 33 operações policiais na Maré, com 17 mortes em decorrência de intervenção policial e 20 dias de atividades suspensas nos serviços públicos de educação e saúde.

Dados tão alarmantes confirmam a necessidade de trabalho contínuo junto aos moradores, como a campanha “Somos da Maré. Temos Direitos”, que tem como objetivo divulgar o que é legal e ilegal durante abordagens policiais. O projeto teve início em 2012 e ano passado, a partir da demanda dos próprios moradores, ganhou uma segunda edição. Como num trabalho semelhante ao de formiguinhas, a equipe do Eixo de Segurança sai sempre em duplas para visitar residências nas



“

Os abusos praticados pelos policiais, que são agentes do Estado, tornam-se uma violação grave. Se o Estado gerou a situação de risco, há direito à reparação”

DANIEL LOZOYA, DEFENSOR PÚBLICO

diferentes comunidades da Maré. Até hoje, já conseguiram visitar – e muitas vezes revistar – cerca de 50 mil domicílios.

“É um trabalho pedagógico, processual, não adianta ir somente uma vez, é uma conversa, porque é preciso absorver todas as questões, sentir que o morador está pronto para lutar pelos seus direitos e que ao mesmo tempo não está só”, diz a pedagoga Shyrlei.

Operação policial de 2009 foi marco

Historicamente, o Eixo de Segurança Pública da Redes da Maré tem origem num trabalho de acompanhamento de famílias de alunos das escolas da região que participavam do Programa Criança Petrobras na Maré, nos anos 1990. Nos atendimentos, surgiam questões relacionadas às violações

de direitos e violências domésticas. Até que, em 2009, uma operação policial na Maré deixou marcas muito fortes. Segundo se recorda Núbia Alves, Assistente Social e Advogada, a situação foi tão crítica que se percebeu a necessidade mais premente de um trabalho focado em Segurança Pública: “morreram 14 pessoas naquela operação, tudo foi fechado, foi uma situação nunca vivenciada aqui. Naquele momento, tivemos certeza de como o acesso à Justiça é difícil para quem mora na favela. Nós acompanhamos os moradores, os ajudamos a fazer o Registro de Ocorrência”, lembra Núbia.

Defensoria Pública

Neste processo, uma parceria importante é com o Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública (NUDEDH) do Estado do

À esquerda, o trabalho de **conscientização** de moradores

Rio de Janeiro, firmada oficialmente em 2016, mas construída desde 2014. A Defensoria presta assessoria jurídica para os moradores vítimas de violência ou mesmo a parentes das vítimas, a partir das denúncias recebidas na Redes.

“Os abusos praticados pelos policiais, que são agentes do Estado, tornam-se uma violação grave. Se o Estado gerou a situação de risco, há direito à reparação.”, explica o defensor público Daniel Lozoya Constant Lopes, que ressalta que qualquer vítima de policiais durante uma operação pode pedir reparação ao Estado, até mesmo sem conseguir comprovar o abuso.

Esta parceria com a Defensoria também foi fundamental para uma liminar inédita que garantiu, em junho de 2016, a suspensão de operações noturnas de buscas em casas da Maré. A proibição de busca domiciliar durante a noite já é prevista na Constituição, mas frequentemente era desrespeitada nas favelas. A liminar deu início a um processo que visa traçar parâmetros jurídicos para as operações policiais nas favelas, com obrigatoriedade de prestação de contas e transparência.

O ouvidor-geral da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, Pedro Strozenberg, afirma que todo o trabalho de garantia de direitos e os debates sobre a Segurança Pública promovidos, hoje, na Maré beneficiam e repercutem no Rio de Janeiro como um todo: “as propostas discutidas e formuladas pela Redes da Maré falam do Rio. A presença em conselhos de direitos, as articulações e campanhas trazem um pertencimento da Redes, que valoriza e afirma o território, mas dialoga com as políticas gerais.”

Travessias 5 – Emergência

Um canteiro de mudas doadas por moradores em formato da Maré chama a atenção de quem chega ao Galpão Bela Maré. A Mostra reúne trabalhos – pinturas, vídeos, fotografias e instalações – de 16 artistas, com o tema “Emergência”. “O legal é a presença de muitas famílias moradoras da Maré, incluindo gente muito jovem, com um nítido interesse em se apropriar daquilo que é exibido na Mostra.”, demonstra o curador Moacir dos Anjos.

Para o curador, o nome Travessias expressa a vontade de atravessar fronteiras artificiais – mas muito concretas – que separam comunidades da cidade do Rio de Janeiro. O pesquisador de arte e curador acrescenta que o título Emergência traz um conjunto expressivo de produção de alguns dos melhores talentos nas artes visuais. “Me interessava muito agrupar, a partir de um território atravessado por tantos conflitos em que nosso

País está imerso, produções artísticas atentas ao que acontece em nosso redor hoje em dia”, afirma. A Mostra, que é uma iniciativa do Observatório de Favelas, em parceria com a Produtora Automática, o escritório de arquitetura RUA Arquitetos e a Redes da Maré, reúne trabalhos que remetem ao racismo, homofobia, misoginia, etnocídio, entre outras violências diárias, mas também fala de insurgência e da possibilidade de inventar novas formas de vida, mais generosas e inclusivas.

“É uma ideia incrível trazer o tema Emergência. Tudo nos faz pensar arte com resistência aqui na Maré. Sugiro para a próxima Edição além de artistas da Maré, que surja um diálogo com os de fora”, recomenda o morador da Nova Holanda, Vitor Felix.

“É um projeto lindíssimo, expor aqui é um orgulho. Espero que todos se ‘contaminem’ com a exposição, e façam arte”, comenta o artista de Olinda, Lorival Cuquinha.

ELISÂNGELA LEITE



Moacir, o curador, no dia da abertura da exposição

TRAVESSIAS 5 – EMERGÊNCIA

QUANDO: Em cartaz até 8 de julho.

ENDEREÇO: Galpão Bela Maré, Rua Bitencourt Sampaio, 169, próximo à passarela 10, da Av. Brasil.

HORÁRIO: A arte contemporânea pode ser vista de terça a sexta-feira, das 10 às 17h, e sábado das 11 às 17h. **ENTRADA FRANCA**



A Lona Cultural Herbert Vianna, ou simplesmente Lona da Maré, é um equipamento municipal que tem a gestão da Redes da Maré. A intenção é desenvolver um projeto de intervenção cultural, com uma programação dinâmica e variada, que oferece oficinas, cineclubes, mostras de cinema, espetáculos teatrais e musicais.

PROGRAMAÇÃO

02/06 (SEXTA-FEIRA)

- Arraiá Infantil da Lona
HORÁRIO: 16h
- Arraiá da Lona com Os Três Forrozeiros
HORÁRIO: 20h

09/06 (SEXTA-FEIRA)

- Favela Rock Show
HORÁRIO: 21h

TODA A PROGRAMAÇÃO É GRATUITA

A LONA CULTURAL HERBERT VIANNA FICA NA RUA IVANILDO ALVES, S/Nº MARÉ.

TELEFONE: (21) 3105-6815

📍 /LonaCulturalDaMaré



PROGRAMAÇÃO

01 A 04/06 – 08 A 11/06 (QUINTA-FEIRA A DOMINGO)

- Espetáculo *P de Pororoca e Piracema*
HORÁRIOS: 18h (quinta-feira), 19h (sexta a domingo)

14/06 (QUARTA-FEIRA)

- Arraiá do CAM
HORÁRIO: a partir das 20h.

20 A 22/06 (TERÇA A QUINTA-FEIRA)

- 4ª Rodada de Cicloativismo na Maré
HORÁRIO: às 14h.

TODA A PROGRAMAÇÃO É GRATUITA

O CENTRO DE ARTES DA MARÉ FUNCIONA NA RUA BITTENCOURT SAMPAIO, Nº 181, NOVA HOLANDA, MARÉ

TELEFONE: (21) 31057265

📍 /centrodeartesdamare



FIQUE DE OLHO



DIVULGAÇÃO

PROJETO ENTRE LUGARES — A 5ª Edição do projeto Entre Lugares realizará a montagem do espetáculo *Parte de Nós 2017*. O Entre Lugares atende 30 alunos da comunidade da Maré, de 12 a 18 anos.

Durante 2016 e 2017 os jovens atores moradores do Complexo da Maré participaram de seis oficinas artísticas (Pesquisa de Campo / Leitura e Escrita, Restauro de Figurino, Corpo e Movimento, Iluminação Cênica e Montagem Teatral) que deram início às experimentações cênicas que compuseram as cenas da peça *Parte de Nós*.

ONDE: Teatro Gonzaguinha — Centro Cultural Kaloustre Gulbenkian. R. Benedito Hipólito, 125, Praça XI, RJ. **QUANDO:** 2 a 4 e 9 a 11 de junho. Sextas e sábados, às 20h. Domingos, às 19 horas. **QUANTO:** R\$ 1,00. **CLASSIFICAÇÃO:** Livre.

ELISÂNGELA LEITE



O evento reuniu cerca de 200 pessoas no CAM

1ª Mostra de Cultura e Cidadania LGBT de Favelas acontece na Maré

ROBERTO DE OLIVEIRA

O Brasil é o país onde mais se comete crimes contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros. A intolerância à orientação sexual fez com que um LGBT fosse assassinado a cada 25 horas, em 2016. Os dados são da pesquisa do Grupo Gay da Bahia, Organização. No dia 18 de maio, aconteceu na Maré a 1ª mostra de Cultura e Cidadania LGBT de favelas. A programação contou com apresentações teatrais com a técnica do teatro do Oprimido. Essas técnicas são utilizadas no Laboratório LGBT de Teatro para debater as formas de opressão que afetam a população LGBT jovem da Maré. Gabriel Horsth dirige

as atividades do laboratório, que conta hoje com 13 adolescentes. Além das apresentações artísticas, debate e exposição, foi lançado durante o evento o Prêmio de Cultura e Cidadania LGBT Gilmara Cunha, criado por Gabriel para homenagear pessoas que possuem militância no combate à homofobia. A importância de levar a discussão para a favela é porque os territórios periféricos estão atrasados na garantia dos direitos aos LGBTs. “As políticas públicas não entram na favela. Se eu for agredido ou morto aqui, a polícia não virá investigar”, diz Gabriel. A programação do evento também incluiu a peça “Agora Sei o Chão Que Piso”, interpretada pelo grupo Atiro e “Dandara através do espelho”, com a atriz Dandara Vital.

Do lixo ao luxo

HÉLIO EUCLIDES

Ela é catadora e artesã. O que as pessoas acreditam ser lixo, ela restaura, recria, transforma, dá um novo sentido e o objeto vira outro. “Eu cato material na Zona Sul e fantasias de carnaval para reciclagem, monto caixas de bijuterias, arranjos e porta-retratos de papelão, vendo tudo na feira da Lapa. Minha casa é toda de material reciclado, pois faço restauração de móveis. Para o meu trabalho, só compro cola”, conta Bianca de Sousa Cardoso, que transforma lixo em luxo há um ano, aqui no Rio.

O ateliê fica na própria residência, onde há objetos de todos os tipos, alguns até parecem novos. Seu sonho é montar seu próprio negócio. “Quando estou trabalhando, me sinto realizada”, expõe.

Para Bianca, a forma como os catadores trabalham está errada, de apenas levar o resultado do dia ao ferro-velho. Ela entende que a Maré necessita de cooperativa de catadores, pois hoje cada um atua separadamente. “É preciso mostrar que o lixo pode ser transformado, reaproveitado, é um tesouro”, afirma.

De baixo para cima, Bianca na varanda de sua casa, onde restaura, cria e transforma; alguns dos objetos criados por ela



FOTOS: ELISÂNGELA LEITE

TEMOS DIREITOS!

SOMOS DA MARÉ.

O QUE ACONTECEU?

Estava saindo de casa para ir a uma festa e um policial me parou no ponto de ônibus; estava com um pouco de maconha na bolsa, 10 gramas mais ou menos, e eles me levaram para a Delegacia. Chegando lá, o Delegado registrou um BO, mas logo me liberou. Será que estou fichada?

COMO AGIR?

De acordo com a Lei das Drogas (Lei nº 11.343/2006) no Brasil, quando alguém é pego com drogas ilícitas cabe à autoridade policial e ao juiz avaliar se aquele produto é para uso pessoal ou comércio ilegal de drogas. Na prática, essa avaliação começa com o Policial Militar nas ruas e o Delegado de Polícia na Delegacia. Quando uma pessoa é classificada por tráfico de drogas, geralmente, ela é encaminhada para uma audiência de custódia, quando o juiz determina se ela permanecerá presa ou responderá em liberdade. Acredito que, no seu caso, eles tenham te classificado como usuária de drogas, mas isso ainda gera um processo que você deve acompanhar. As penas para usuários de drogas são “mais leves” e, geralmente, convertidas em trabalho comunitário. Não deixe de procurar o Juizado Especial Criminal mais próximo de sua casa.

PARA REFLETIR

De maneira alguma o usuário de drogas no Brasil pode ser detido ou privado de sua liberdade. Porém, a atual Lei das Drogas deixa nas mãos das autoridades policiais determinarem quem é usuário ou traficante. Diante da desigualdade social e do racismo que vivemos na nossa sociedade, esta avaliação passa por outros fatores, como raça, local de moradia, renda, escolaridade, entre outros aspectos discriminatórios.

ENVIE SUA PERGUNTA PARA:
comunicacao@redesdamare.org.br

PALAVRAS CRUZADAS DIRETAS

www.coquetel.com.br

© Revistas COQUETEL

Obra com Preparada para presente	8.850m de extensão, terminada à época da dinastia Ming	Adorno auricular	Radicais; energicos Um, em italiano	Gênero musical de Pixinguinha	Objeto mágico da fada madrinha (Lit. inf.) "O olho do (?) engorda o cavalo" (dito)
Fonte de energia para usinas nucleares				Princesa da Índia Defende o consumidor	Oliver Reed, ator britânico
Reação à anedota				O leão, em relação a zebra (Zool.)	
Formiga, em inglês					
Sambista conhecida por Marrom					
					Retenção de líquido comum em gestantes
					Hora (símbolo) Rato, em inglês
Incubadora de ovos					
Que sai de um grupo	Peça que integra o carrilhão		(?) -novo: réveillon Do lado de dentro		(?) formicida: faz o controle da saúva
(?) Thorpe, nadador australiano					
			Nome, em francês Gordura do leite		Vitamina que ajuda a absorção do ferro
A cantora rara nos teatros de óperas					Long-play (abrev.) Mesa, em inglês
(?) Federal: menor unidade federativa (BR)	Secretaria de Segurança Pública (sigla)			Jogos (?) -Americanos: evento esportivo de Toronto (2015)	
				Veste de magistrados	
					(?) comprimido: é usado em espingarda
				Ator como Alexandre Nero	
Indivíduo que perde o domínio de si		(?) mecânica: usa-se na terra-pienagem	Disputa na corrida de cavalo		

BANCO 3/ant — nom — rat — ssp — uno, 5/table, 9/drasbicos.

MARÉ DE Direitos

ATENDIMENTO SOCIOJURÍDICO GRATUITO COM PROFISSIONAIS DO SERVIÇO SOCIAL E DO DIREITO.

SEGUNDA-FEIRA | 15H ÀS 18H
SEXTA-FEIRA | 9H ÀS 13H

REDES DA MARÉ

Rua Sargento Silva Nunes, 1012 Nova Holanda (ao lado da Praça da Nova Holanda)

WHATSAPP:
99924-6462

O WHATSAPP RECEBE FOTOS, VÍDEO E TIRA DÚVIDAS. AS INFORMAÇÕES QUE CHEGAM NO WHATSAPP SÃO MANTIDAS EM SIGILO.

Solução

O	E	R	A	P		P	V
L	V	G				S	N
L	A	G	A			V	I
D	B					D	I
N	P	A	E			H	
O	T	R	A	L	T	O	C
C		W	O	N		N	V
E		S	I	D	E	S	
D	V	A	D	O	V	A	
H	E					C	O
H	S					E	A
N	O	C	O			T	V
I	N	V	O	S		I	R
R	O	O	I	N	V	U	R
V	A	H	L	H	V	A	D
A						D	